

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-276-0

DOI 10.22533/at.ed.760192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado.

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em

solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades.” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenúncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos

sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora mas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ISABEL O MUERTE!**: **O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)**, a autora Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski, busca investigar procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”. No artigo **OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER** o autor ou autora CLAUDIA PEIXOTO CABRAL, buscam abordar a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. No artigo **A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO**, os autores Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Mariele Rodrigues Correa Leonardo Lemos de Souza buscam analisar o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e,

esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. No artigo **A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA** o autor Gabriel Pancera Aver buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. No artigo **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA** a autora Érica Elisa Nickel, apresentou os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. No artigo **A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO**, as autoras Francisca Janice Silva Ana Paula Fernandes Cunha, objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenado pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. No artigo **A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA**. As autoras Andréia de Oliveira Militão e Angela Maria Sales Barros buscam trazer informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença. No artigo **A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE** a autora Amanda Rebeka Lima de Souza buscou se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali. No artigo **A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ** as autoras Janaiára Maria de Paiva Ferreira e Sandra Maria Fontenele Magalhães buscam entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. No artigo **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**, os autores Everton Gabriel Bortoletti e Laise Ziger buscam identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. No artigo **A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO, os autores Fernanda Penteado, Alison Diego Leajanski, Willian Samuel Santana da Roza buscam pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. No artigo **A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA** busca analisar a moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados. No artigo **A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA**, os autores Isa Stavracas, Ana Lee Claudio, Rebeca Josiane Ferreira da Silva, Sandra Esteves de Camargo, Vanessa Alves Duarte de Oliveira, buscar fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. No artigo **A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA** os autores Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida, Universidade, Stefani Monique Vasconcelos, Sheila Marta Carregosa Rocha, buscam investigar o seguinte: De que forma o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba. No artigo **AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO**, os autores Helane Santana Cruz e Vínicius Zacarias Maldaner da Silva buscam relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. No artigo **CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia e Mara Rúbia Rutzen realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. No artigo **COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI**, Matheus Alexandre Razera, Valter Martins analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto

utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. No artigo **CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**, os autores José Daniel Soler Garves, Andrezza Santos Flores, Cibele Diogo Pagliarini, Ângela Coletto Morales Escolano buscam discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. No artigo **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)**, os autores Auristela Duarte Moser, Fernanda Cury Martins Teigão, Kethelyn Contente Alves, buscam Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. No artigo **DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**, a autora Pamela da Costa Lopes Sales busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. No artigo **DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”**, os autores Ana Elisa Nardo Caseri e Carmem Lúcia Sussel Mariano buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. No artigo **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o papel da formação continuada**, os autores Maria Almerinda de Souza Matos, Cátia de Lemos, Claudenilson Pereira Batista buscaram relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. No artigo **ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI**, os autores Marcia Scavinski e Valter Martins analisar mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedadeiras ao longo do tempo, compreendendo as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> (1973-1975)	
Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski	
DOI 10.22533/at.ed.7601924041	
CAPÍTULO 2	17
OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER	
Claudia Peixoto Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.7601924042	
CAPÍTULO 3	35
A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO	
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva	
Mariele Rodrigues Correa	
Leonardo Lemos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924043	
CAPÍTULO 4	47
A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Gabriel Pancera Aver	
DOI 10.22533/at.ed.7601924044	
CAPÍTULO 5	61
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA	
Érica Elisa Nickel	
DOI 10.22533/at.ed.7601924045	
CAPÍTULO 6	69
A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO	
Francisca Janice Silva	
Ana Paula Fernandes Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7601924046	
CAPÍTULO 7	80
A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA	
Andréia de Oliveira Militão	
Angela Maria Sales Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7601924047	
CAPÍTULO 8	92
A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE	
Amanda Rebeka Lima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924048	

CAPÍTULO 9	107
A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ	
Janaiára Maria de Paiva Ferreira Sandra Maria Fontenele Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.7601924049	
CAPÍTULO 10	115
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	
Everton Gabriel Bortoletti Laise Ziger	
DOI 10.22533/at.ed.76019240410	
CAPÍTULO 11	122
A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	
Fernanda Penteado Alison Diego Leajanski Willian Samuel Santana da Roza	
DOI 10.22533/at.ed.76019240411	
CAPÍTULO 12	130
A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	
Gabriela Cristina Maximo Evandro Fernandes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240412	
CAPÍTULO 13	139
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA	
Isa Stavracas Ana Lee Claudio Rebeca Josiane Ferreira da Silva Sandra Esteves de Camargo Vanessa Alves Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.76019240413	
CAPÍTULO 14	152
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO	
Isa Stavracas Fernanda Alexandre dos Santos Loide Giacometti Bervanger Stefani Leite Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.76019240414	

CAPÍTULO 15	165
A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA	
Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida Stefani Monique Vasconcelos Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.76019240415	
CAPÍTULO 16	174
AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO	
Helane Santana Cruz Vínicius Zacarias Maldaner da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76019240416	
CAPÍTULO 17	182
CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Mara Rúbia Rutzen	
DOI 10.22533/at.ed.76019240417	
CAPÍTULO 18	192
COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI	
Matheus Alexandre Razera Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240418	
CAPÍTULO 19	207
CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
José Daniel Soler Garves Andrezza Santos Flores Cibele Diogo Pagliarini Ângela Coletto Morales Escolano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240419	
CAPÍTULO 20	216
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)	
Auristela Duarte Moser Fernanda Cury Martins Teigão Kethelyn Contente Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240420	
CAPÍTULO 21	230
DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)	
Pamela da Costa Lopes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.76019240421	

CAPÍTULO 22	246
DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”	
Ana Elisa Nardo Caseri	
Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240422	
CAPÍTULO 23	258
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Maria Almerinda de Souza Matos	
Cátia de Lemos	
Claudenilson Pereira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.76019240423	
CAPÍTULO 24	270
ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI	
Marcia Scavinski	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240424	
SOBRE A ORGANIZADORA	287

A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE

Amanda Rebeka Lima de Souza

Universidade Federal do Acre-UFAC,

Programa de Pós Graduação Lato Sensu Em
Economia Regional e Políticas Públicas - ERPP

Rio Branco – AC

RESUMO: A região Amazônica possui dimensões continentais e um mosaico de forma de uso e ocupação do solo. A diversidade de ocupação na região ocorre em função de iniciativas governamentais para ocupar e proteger a Amazônia. O desenvolvimento de projetos e programas dados pelo Governo Federal cria e recria modelos de ocupação que traz impactos negativos. Busca – se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação, Amazônia, Ocupação, Reserva extrativista.

ABSTRACT: The Amazon region has

continental dimensions and a mosaic of soil use and occupation. The diversity of occupation in the region occurs due to governmental initiatives to occupy and protect the Amazon. The development of projects and programs given by the Federal Government creates and recreates occupation models that have negative impacts. In the present work, we seek to understand the management models that are currently used in the Alto Acre region. Assessing territorial dynamics is fundamental to research. For that, it was necessary to collect documents, laws and projects at national, state and municipal scale. According to the results found, the public policies implemented in the region do not serve the majority of the population that lives there.

KEYWORDS: Conservation Units, Amazon, Occupation, Extractive reserve.

1 | INTRODUÇÃO

Assim como o restante da Amazônia, o Estado do Acre também possui uma diversidade de ocupação e de conflitos em função das formas de uso e ocupação do solo, em especial a microrregião denominada Alto Acre.

O respectivo local, Alto Acre, encontra-se os municípios de Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia e Xapuri. Os modelos de gestão do território na região Alto Acre são

diversificados, a saber: Reserva Extrativista Chico Mendes, Estação Ecológica, Terras Indígenas, Áreas de relevante interesse ecológico e Projetos de Assentamentos de diferentes modalidades.

Esse mosaico mencionado traz uma série de conflitos entre diferentes atores sociais (seringueiros, agricultores, indígenas, pecuaristas, etc.). Dessa forma o recorte espacial se justifica em função das grandes e históricas transformações ocorridas na área em questão, entre as quais se destacam: pavimentação de estradas, criação de Unidades de Conservação, além dos constantes conflitos entre posseiros, grileiros, pecuaristas, agricultores e populações tradicionais.

De modo geral iremos analisar no contexto temporal e espacial os Modelos de Gestão do Território - Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reserva Extrativista Chico Mendes - Resex e Área de Relevante Interesse Ecológico - Arie) e Projetos de Assentamento (PA) implantados na região Alto Acre.

2 | ÁREA DE ESTUDO

O Estado do Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, corresponde a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional. O Estado ainda faz fronteira internacional com os países da Bolívia e Peru, e os Estados do Amazonas e Rondônia como se observa no mapa 1.

O Estado conta com vinte e dois municípios e a capital é a cidade de Rio Branco. Segundo os dados do IBGE 2010 o Estado conta com uma população de 733.559 habitantes e densidade demográfica de 4,47 hab./Km². O mesmo se encontra dividido em cinco microrregiões estabelecidas pelo IBGE. E no ano de 2000, as microrregiões foram definidas como Regionais de Desenvolvimento, estabelecido pelo Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (ZEE). (Acre, 2000).

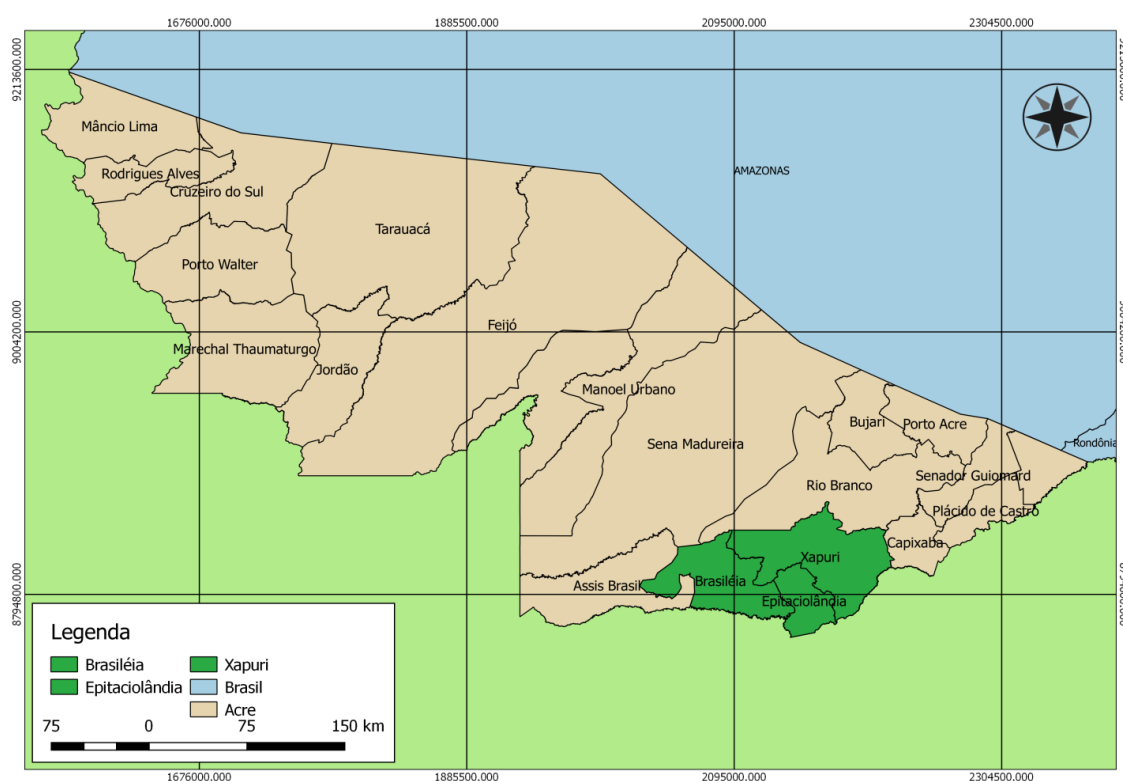
Como estabelecido pelo ZEE os municípios ficaram divididos em regionais e entre elas está a nossa área de estudo, a Regional Alto Acre, dividida por quatro municípios que são eles Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri.

As cidades dessa regional são caracterizadas por se localizarem na Bacia do Alto Rio Acre. Apresentam características distintas como, por exemplo, taxas de desmatamento, composição populacional diversificada, entre outros. Estabelecem relação com o entorno composto de um mosaico de usos diferenciados da terra, como Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Projetos de Assentamentos, pequenas a grandes propriedades rurais. São essas características que influenciam diretamente o perfil de cada uma dessas cidades.

Segundo o Zoneamento Econômico e Ecológico do Acre (2010), a regional Alto Acre se localiza parte na bacia do Rio Acre, com predominância dos argissolos (90% do território) e sua vegetação é variada, nos municípios de Xapuri e Assis Brasil ocorre Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa e os

demais municípios contam com Floresta Aberta Aluvial com Palmeiras.

Segundo o censo do IBGE 2010 os municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri apresentavam os seguintes dados respectivamente: A cidade de Brasiléia (Mapa 1) possui uma área de 4.974,175 Km², a população era de 21.398 habitantes e densidade demográfica de 5,46 hab/km² e IDHM de 0,614. Epitaciolândia (Mapa 1) há uma extensão de 1.654,768 km² com um total de 15.100 habitantes e densidade demográfica de 9,13 Hab/km², com IDHM de 0,653. E Xapuri (Mapa 1) possui uma área de 5.347,468 km², população de 16.091 habitantes, densidade demográfica de 3,01 Hab/km², e IDHM de 0,599.



Mapa 1: Mapa do Estado do Acre em destaque as três áreas de estudo.

Fonte: Amanda Rebecka, 2017.

3 | AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O PROCESSO DE CRIAÇÃO NO ESTADO DO ACRE

Para criação, implantação e cuidados com as unidades de conservação, foi criada através da Lei nº 9.985 no ano 2000 a legislação Federal específica, denominada de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tendo como objetivo:

Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

Proteger as espécies ameaçadas de extinção;

Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e

Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Ministério do Meio Ambiente, 2000, p. 07.).

Após a aprovação da lei, o SNUC ficou sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA, e através do CONAMA e o IBAMA, conjuntamente aos órgãos estaduais e municipais teriam a função de praticar o SNUC e auxiliar as propostas de criação em suas respectivas esferas de atuação.

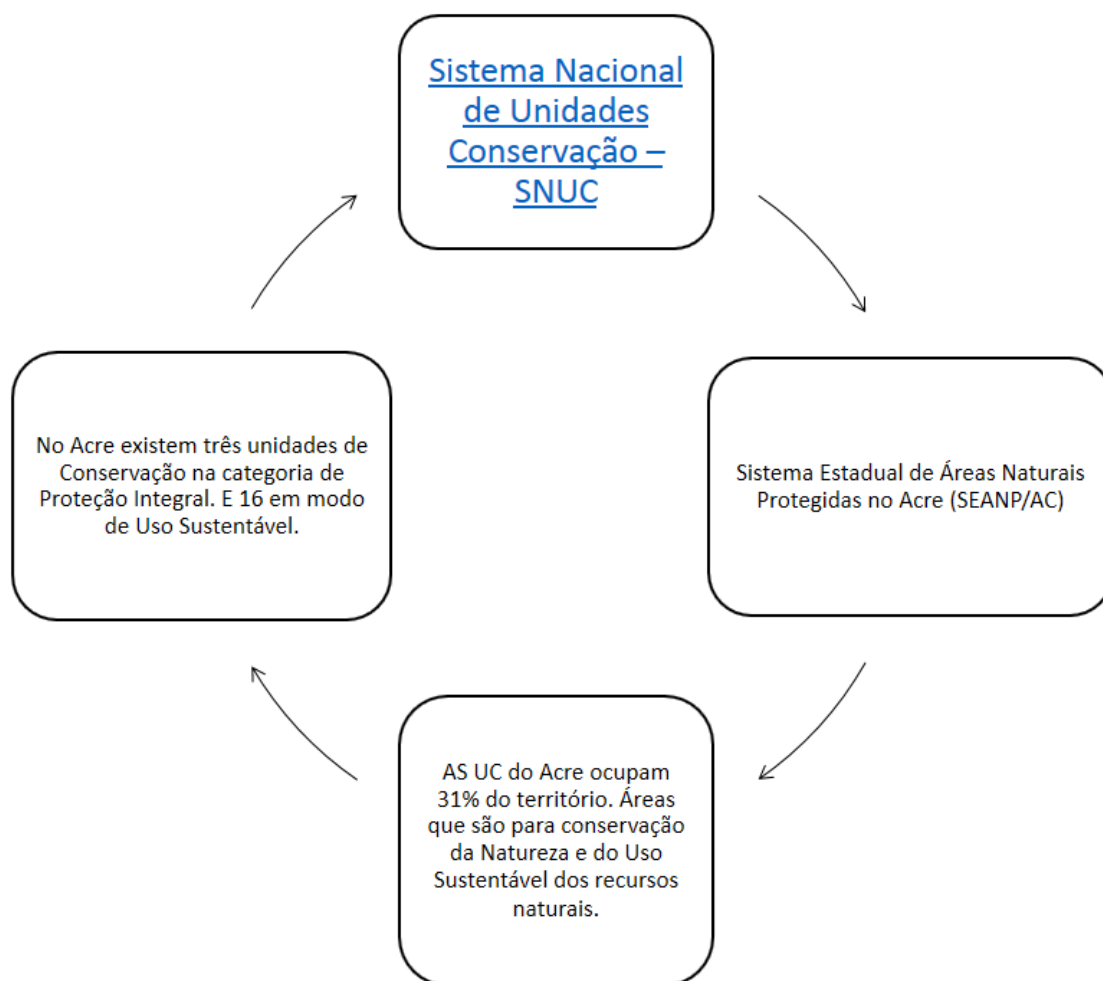
Ainda pela definição da Lei 9.985, as Unidades de Conservação (UC) ficaram definidas em dois grupos, Unidades de Conservação de proteção Integral, com o objetivo de preservação da natureza, podendo apenas fazer uso indireto dos recursos naturais.

E a Unidade de Conservação de uso Sustentável, que tem como ideal a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Cada UC tem características que dependem da região onde se encontram, podem abranger cursos de água, vegetações, animais e paisagens distintas.

No Estado do Acre existem três Unidades de Conservação na categoria de proteção integral (Tabela 1). As UC de uso sustentável são 16 e compreendem Reservas Extrativistas, Florestas Estaduais e Floresta Nacional, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, num total de 22,3% do território acreano.

Após a criação do SNUC, cada Estado ficou responsável pela criação de Leis que abrangessem o seu território, desse modo foi instituída através da Lei nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001, Seção II, Art. 14, o Sistema Estadual de Áreas Naturais

Protegidas do Estado do Acre (SEANP/AC), composto pelo conjunto de UCs Estaduais e Municipais. A seguir observa-se a relação que foi criada após a constituição do SNUC com a legislação ambiental do Acre.



Ciclo da formação de proteção ambiental do Acre. Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

Desse modo as UC do Estado do Acre ocupam 31% do território. Áreas que são destinadas para conservação da natureza e de uso sustentável dos recursos naturais, reconhecidas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

Segundo Lira (2015), em 1981 a área de proposta para a criação de uma reserva florestal em 1911, tornou-se a primeira unidade de conservação do Estado, a Estação Ecológica do Rio Acre (EERA), sendo de caráter integral e localizado na região Sudeste do Estado, no município de Assis Brasil.

A segunda área de proteção criada no Estado do Acre foi sete anos após o período militar, a Floresta Nacional do Macauã, com extensão de 173.475 hectares. Sua criação ocorreu durante o Governo de José Sarney.

Em 1990 foi criada a maior Reserva Extrativista do Brasil, a Resex Chico Mendes, com 931.834 hectares, onde abrange sete municípios. *A criação das Reservas Extrativistas (RESEX) foi uma das principais bandeiras de luta de Chico Mendes.*

(Acre, 2010).

Em 1990, os resultados da luta pela terra começaram a ser atingidos, sendo criadas no estado do Acre as duas primeiras reservas extrativistas federais, entre elas a Resex Chico Mendes, conforme Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. (MMA, 2006, p. 11).

Uma das maiores dificuldades após a criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável é em relação ao modelo de desenvolvimento que possa permitir a permanência dos habitantes desse lugar com acesso aos serviços de *saúde, educação, trabalho e renda*.

Categoria	Área (há)	Percentual Estado (%)
I- Unidade de Conservação de Proteção Integral		
Serra do Divisor	844.636	5,14
Estação Ecológica Rio Acre	84.387	0,51
Parque Estadual Chandless	693.366	4,22
Sub-Total	1.622,389	9,87
II- Unidade de Conservação de Uso Sustentável		
Floresta nacional São Francisco	21.142	0,13
Reserva Extrativista do Alto Tarauacá	151.537	0,92
Reserva Extrativista do Alto Juruá	527.831	3,21
Reserva Extrativista Cazumbá – Iracema	742.410	4,52
Floresta Nacional Macauã	177.047	1,08
Reserva Extrativista Chico Mendes	931.834	5,67
Floresta Estadual do Mogno	140.624	0,86
Floresta Estadual do Rio Gregório	212.948	1,30
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	228.861	1,39
Floresta Estadual do Rio Liberdade	125.080	0,76
Resex Riozinho da Liberdade	326.810	1,99
Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança	2.909	0,02
Floresta Estadual do Antimary	65.824	0,40
Sub-Total	3.654,858	22,26
Total de Unidades de Conservação	5.277,247	32,13
III- Terras Indígenas	2.167,146	13,20
Total de áreas naturais Protegidas	7.444,393	45,33
Área total do Estado	16.422,136	Ha.

Tabela 1 Áreas naturais Protegidas no Acre. (fonte: ACRE, 2010).

4 | GESTÃO TERRITORIAL DO ACRE

O Estado do Acre passou por intensas mudanças no seu território ao longo de sua história, tanto na forma de ocupação quanto ao modo de ordenamento territorial. Não sendo diferente nas microrregiões do Estado, distintos modelos de gestão territorial foram implantados sempre buscando associar as comunidades tradicionais destes

locais e o seu estilo de vida com a forma de gestão territorial.

Como parte dessa conjuntura, as políticas de governo ligadas ao Plano de Integração Nacional da Amazônia – PIN (incentivos fiscais do governo federal e estaduais) favoreceram o processo de ocupação e expansão da fronteira agropecuária no Estado do Acre, na década de 1970. Até então, o extrativismo, com prioridade para extração gomífera, se constituía como a principal atividade econômica desse Estado. (Fittipaldu, 2017, p.22).

A região Amazônica sempre esteve em pauta de diversas discussões seja por questão de extensão, pela sua complexidade e dificuldade de ocupação. Uma área que também passou por intensas transformações e fases de apropriação ao longo de dois séculos. Mas foi no período do militarismo que a Amazônia passou a ser apropriada de forma consistente.

Segundo Fearnside (1989), ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, a partir de três objetivos do Governo Militar com a divulgação do Programa de Integração Nacional: fomentar a migração da população nordestina mais pobre para a nova fronteira de colonização, diminuindo as tensões sociais no nordeste brasileiro; promover o desenvolvimento produtivo da Amazônia; e ocupar a região como estratégia geopolítica. (Abreu, 2015, p.13).

É nesse contexto de ocupação territorial e exploração dos recursos naturais que o Acre junto aos demais Estados da Região Norte passa a fazer parte do cenário político, econômico e social do Brasil, com o lema “Integrar para não entregar”.

(...) da estratégia fazia parte a realização de grandes obras de infraestrutura, que tinha como objetivo anunciado a “integração da região ao Brasil”, camuflando o interesse e “entrega” de seus recursos ao capital nacional e internacional através da facilitação de escoamento dos recursos naturais (madeira, minérios) baseado em um forte esquema de isenção fiscal às empresas que ali se instalavam. Com o discurso de integração da Amazônia ao mercado mundial, sintetizado no lema “integrar para não entregar”, praticava-se a entrega da Amazônia ao mercado mundial. (CUNHA, 2010, p.34).

Assim, observa-se que o Estado do Acre trabalha com diferentes modelos de ocupação e dinâmica regional (Tabela 1); De acordo com o mapa de gestão territorial do Acre, o Estado passa a ser dividido por quatro grandes zonas e as detalhando em sub-zonas, dessa maneira cada zona possui as suas diretrizes de gestão de acordo com as características do território acreano, o mapa ainda leva em consideração alguns pontos, observe:

As potencialidades naturais existentes no território, com o cuidado de direcionar a intensidade do uso de acordo com as aptidões e fragilidades desses recursos naturais; a conciliação das atividades econômicas com proteção dos ecossistemas e aspectos culturais, com relevância para a conservação da biodiversidade e do patrimônio histórico e paisagístico; a garantia da diversidade cultural presente nas diferentes etnias indígenas e populações tradicionais, bem como o reconhecimento formal de seus territórios e de suas demandas sociais; a minimização dos conflitos socioambientais, a partir da definição de áreas pretendidas e não regularizadas; a eficácia das atividades econômicas, com adequação da infraestrutura e das tecnologias para melhor aproveitamento dos produtos disponíveis, menores riscos na gestão e nos investimentos públicos e privados. (ACRE, 2010. p.125).

Assim, de acordo com o mapa de gestão territorial do Estado, a Regional Alto Acre

ficou definida na zona 2, que é marcada pelo uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental. Desse modo, diferentes formas de gestões foram e estão sendo adotadas, como forma de amenizar os conflitos daquela área.

(...) o Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre - escala 1:250.000 e a Lei Estadual nº 1.904. A participação da sociedade, através de reuniões, oficinas participativas e Audiência Pública, foi fundamental no processo de construção das decisões a serem tomadas sobre o uso do território contidas no Mapa de Gestão. (ACRE, 2010, p.14).

A região do Alto Acre passou por intensas transformações como pavimentação de estradas, expansão do núcleo urbano, criação de rotas de exportação e unidades de conservação, projetos de assentamentos, sem falar em diversos conflitos entre grileiros, posseiros e população tradicional.

5 | O CONTEXTO PARA CRIAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS DE GESTÃO ADOTADOS NOS MUNICÍPIOS DO ALTO ACRE

A seguir mostra – se um breve resumo das formas de ocupação dos territórios estudados nessa pesquisa.

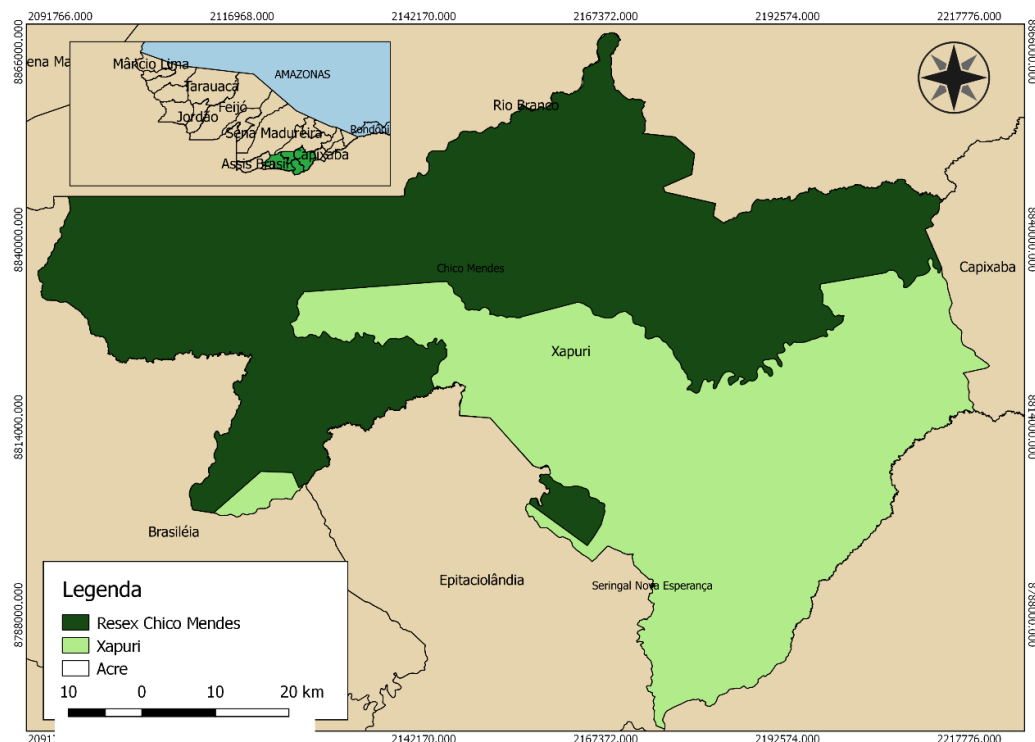
Resex Chico Mendes: Souza (2010) descreve o quão violento estavam os conflitos na região do Alto Acre, principalmente no município de Xapuri (mapa 2), ocorria o aumento de queimadas e desmatamentos visivelmente mais perigosos, dando uma repercussão nacional e internacional negativo para o Brasil em relação às gestões ambientais.

Mas somente após o assassinato do líder sindicalista e seringueiro Chico Mendes, em 1988, a população extrativista recebeu o apoio de ações não governamentais, universidades, instituições de pesquisa e ambientalistas exigindo um novo modelo de desenvolvimento para a região Amazônica. (Fittipaldy, 2017).

A região do Alto Acre era onde se tinha os maiores registros de conflitos de terra, principalmente nas cidades de Brasiléia e Xapuri. A criação da Resex contribuiu para a regularização e estrutura fundiária desses municípios, os seringueiros, extrativista e ribeirinhos eram os principais alvos desse projeto.

Caracterizada como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, as Reservas Extrativistas passaram a ser conhecidas como um exemplo de desenvolvimento sustentável, servindo de paradigma de um novo modelo de desenvolvimento na região Amazônica.

O modelo de gestão adotado para a Resex é conhecido como gestão compartilhada, onde a população local pode ter uma participação mais efetiva nos processos de dentro da reserva.



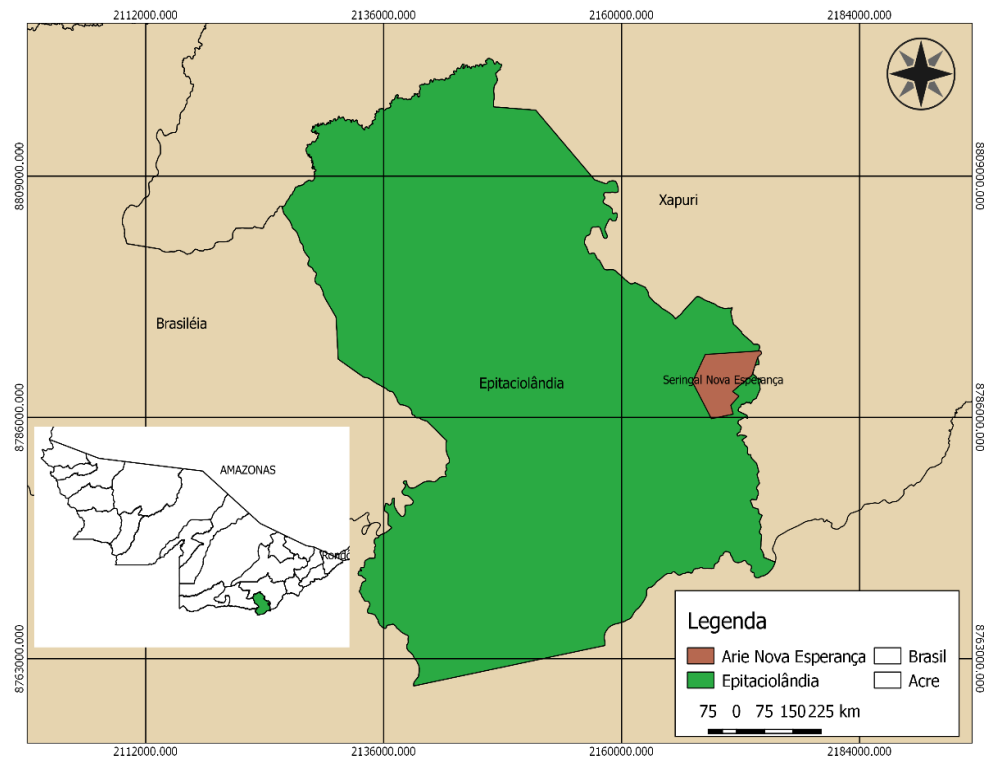
Mapa 2: Reserva Extrativista Chico Mendes.

Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): A Área de relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança (mapa 3) foi criada através de um Decreto s/nº de 20/08/1999, com extensão de 2.576 hectares. O objetivo de criação foi para conservar e proteger a biota regional como a castanheira e a seringueira.

Essa ARIE está localizada nos municípios de Epitaciolândia e Xapuri, no entanto 90% da área encontra-se em Epitaciolândia. O acesso para a unidade é por meio da BR-317 km 180. A ARIE encontra – se na zona 2 definida pelo zoneamento ecológico econômico do Estado, ou seja, uma área onde ocorre o uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental. Parte dessa região encontra-se na zona 1, onde ocorre atividades agropecuárias.

O processo de ocupação dessa região não se distingue muito do processo de criação da Resex, também foi através de conflitos fundiários, da luta de posseiros e o dono da Fazenda Nova Esperança, com início na década de 90. Os posseiros começaram a ocupar a área por volta de 1960, onde se sustentavam na exploração de pequenas escalas dos produtos florestais madeireiros, não madeireiros e culturas de ciclos curtos.



Mapa 3: ARIE Nova Esperança.

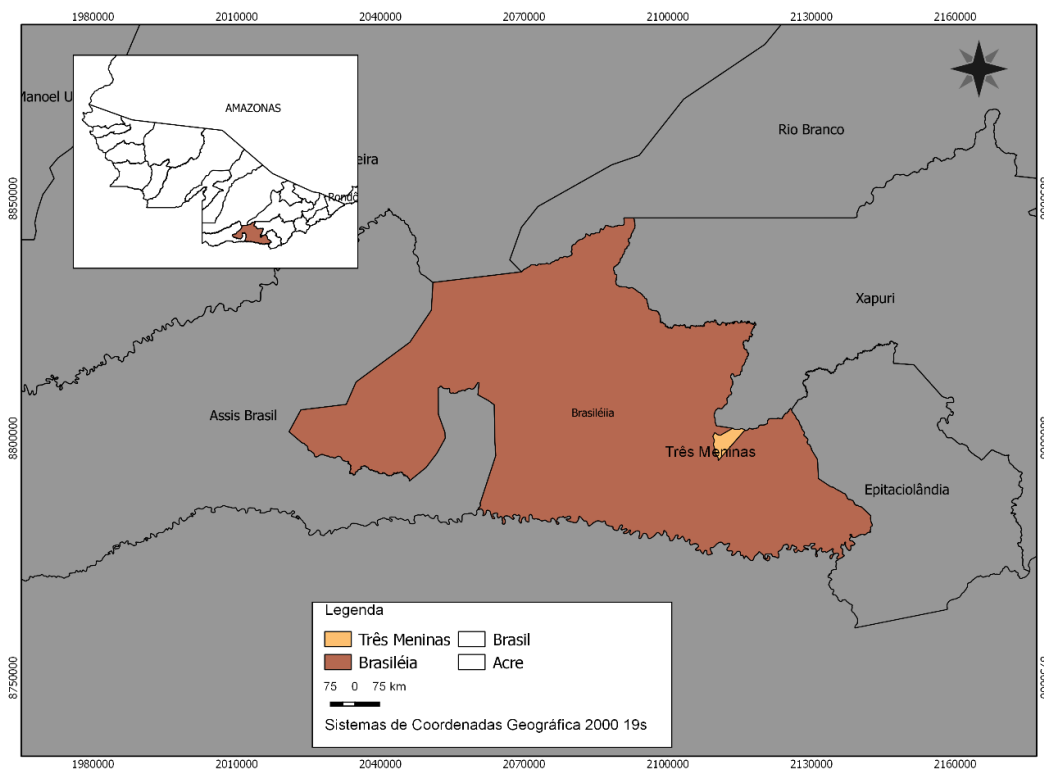
Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

Projeto de Assentamento Três Meninas: O Projeto de Assentamento Três Meninas (mapa 4) se localiza no município de Brasiléia e possui uma área de 1.520 ha, com capacidade para 61 famílias e 59 assentados. Tendo acesso pela BR – 317, sentido Brasiléia - Assis Brasil, a partir do km 19 +17 Km de ramal, atingi a fronteira Norte com um igarapé sem identificação e a Reserva Chico Mendes; Ao sul com o P.A Pão de Açúcar e Projeto de Colonização Quixadá; Ao leste o Projeto de Colonização Quixadá e ao oeste o P.A Pão de Açúcar.

No entanto, o processo de criação da P.A Três Meninas foi por conta de uma assembleia realizada com alguns representantes do Movimento intitulado “Grito da Terra” e o INCRA em 1977. (INCRA, 2001).

Área rural que foi destacada do seringal Humaitá e Pinheiro Machado, e foi decretado de interesse social em agosto de 1998. Parte dos assentados já exploravam as terras há cerca de dez anos, e tinham como base econômica a exploração o extrativismo e pequenos cultivos para sua subsistência.

Inicialmente a P.A foi ocupada por 43 famílias que já estavam no cadastro do INCRA, onde eram as mesmas que já ocupavam o local há dez anos, e receberam total apoio do movimento Grito da Terra e do sindicato dos trabalhadores rurais do município.



Mapa 4: Projeto de Assentamento Três Meninas.

Fonte: Amanda Rebeka, 2017.

6 | OS PROBLEMAS NA REGIONAL DO ALTO ACRE

Segundo Siviero (2008), o enfraquecimento econômico é um dos maiores problemas que os municípios do Alto Acre enfrentam atualmente, isso é decorrente a falta de ramais, seguido pela falta de capacitação dos produtores, ausência de eletrificação, carência de conhecimento da educação ambiental e principalmente a descontinuidade nos planos de implementação dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Esse declínio ocorre devido às atividades praticadas nessa regional não estarem contribuindo para o desenvolvimento econômico. Praticamente toda a renda gerada pelo extrativismo ficou em mãos de terceiros.

Podemos citar o exemplo da década de 70, onde os incentivos fiscais que tinham o interesse da prática da pecuária na região, não acompanhavam a infraestrutura de apoio aos fluxos migratórios que chegavam.

As dificuldades só pioram nesses municípios, em relação às questões sócio – ambientais, especificamente na cidade de Brasiléia, são inúmeros casos, citamos: aumento das questões latifundiárias, venda das colônias, êxodo rural, a falta de repasse de tecnologia em diversas áreas de produção, inexistência de planejamento estratégico participativo com as comunidades, discrepância entre o urbano e o rural e perda das culturas tradicionais.

Infelizmente, existe uma realidade completamente contrária quando se compara

ao discurso das autoridades, onde o planejamento dessa região estaria voltado de acordo com os conhecimentos tradicionais daquelas pessoas, note a seguir a forma inicial do planejamento estratégico:

Foram realizadas várias reuniões de avaliação da CEZEE, construindo o consenso. Em oficinas ocorridas em todos os municípios do Acre, foi possível ouvir as sugestões de diferentes grupos sociais e de setores econômicos e produtivos. Além disso, também aconteceram discussões técnicas institucionais durante o processo de construção. (ACRE, 2010, p.14).

Ainda segundo Siviero (2008) o setor econômico ambiental de Brasiléia ocorre: elevada valorização dos imóveis rurais, renda familiar com um índice baixo, pouca valorização dos produtos regionais alternativos, maior garantia da venda de produtos dos agricultores e seringueiros, escassez de alternativa de geração de renda, falta de apoio e financiamento dos bancos de créditos.

Os problemas relacionados ao meio ambiente são diversos, desde o município de Brasiléia ao município de Xapuri, os principais são: desmatamento, poluição do Rio Acre e Igarapés (Brasiléia), queimadas, tráfico de animais, falta de espécies viáveis economicamente e sustentáveis, falta de aplicação das leis ambientais, logo, a falta de conscientização da população. (Siviero, 2008).

Muitos desses processos de degradação ambiental iniciaram com o artifício de ocupação da região, com construção de rodovias e com a ideia que a retirada das florestas garantiria a propriedade total das terras.

Justifica-se esse alto índice de desmatamento por conta dos processos de ocupação e organização dos grandes empreendimentos feitos durante a década de 80, ou seja, as fazendas agropecuárias, o maior índice estende-se da BR-364 e 317, vias de acesso que cortam o Estado, sendo na área das regionais do Alto e Baixo Acre, devido a densidade de pessoas e concentração de estradas.

A Regional do Alto Acre contribui em torno de 20% da área total desmatada, em função de sua ligação rodoviária integral (Rio Branco - Assis Brasil) ter sido concluída desde 2002. A tendência é que haja uma maior pressão sobre as florestas que margeiam a BR-317. (ACRE, 2006, p. 79).

7 I “SOLUÇÕES” ENCONTRADAS POR PARTE DO GOVERNO

A Economia Florestal: Essa atividade atualmente em nosso Estado obteve um bom crescimento, tanto que tornou – se a atividade econômica mais importante, com 16,8%. Ampliando a valorização desse recurso florestal e o grau de industrialização do mesmo, tudo por conta da exportação desse produto. (ACRE, 2010).

Segundo ACRE (2010), novas indústrias foram implantadas nos anos de 2003 e 2004 com grande capacidade de produção e industrialização dos recursos florestais. Seguindo desse grande seguimento madeireiro, a Castanha do Brasil também se tornou um importante produto extrativo, que está contribuindo para a economia do estado com uma produção em 10.378 ton./Ano (2007).

A madeira compensada juntamente com a castanha do Brasil torna – se hoje os principais produtos do Acre, exportados para outros países. A borracha natural não deixou de ser um grande produto da região, ainda fornece 1.226 ton./Ano de látex coagulado, principalmente dos municípios de Brasiléia e Rio Branco. (ACRE, 2010).

Produção Agropecuária: A atividade agropecuária é dominante do setor primário e responsável pela ocupação da mão de obra no meio rural, gerando grande parte do setor alimentício que abastece a população da capital e do interior do Estado.

Como se pode imaginar a pecuária está ligada ao crescimento das áreas desmatadas, que hoje são ocupadas com pastagens. Os municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Bujari, Sena Madureira, **Xapuri** e Acrelândia caracterizam-se por possuir uma pecuária desenvolvida, com os maiores efetivos de rebanho de bovinos.

Agricultura ficou de maneira geral pelos pequenos produtores familiares, grupos de projetos de assentamento, além das comunidades tradicionais de extrativistas, ribeirinhos e indígenas. Sendo responsável pela distribuição para a capital do Estado e o interior, além de servir como base alimentar para essas pessoas.

8 | CONCLUSÃO

Mesmo sendo muito utilizado o termo sustentabilidade ainda existem controvérsias em relação ao significado. Desenvolver políticas públicas para a gestão de um território voltado a essa temática é sem dúvida um grande desafio, afinal, até onde as práticas de desenvolvimento seriam consideradas sustentáveis.

Como se pode perceber, olhando em retrospecto, os recursos naturais disponíveis na Amazônia serviram e servem até os dias atuais como interesse do capital nacional e internacional. As buscas pelas riquezas naturais da região fizeram da Amazônia palco de um cenário lastimável, ocorreram diversos conflitos, sem dúvidas a morte do líder Chico Mendes é um exemplo do quão intenso foram esses conflitos.

Após a morte de Chico Mendes a pressão no cenário político para aprovação de leis ambientais torna-se maior ainda, pois o movimento tomou proporções mundiais, e o Brasil se viu em um beco sem saída. Não eram apenas os seringueiros que clamavam por isso, eles haviam conseguido apoio mundial. É nesse cenário que surgem às leis ambientais que asseguravam as comunidades tradicionais a sua permanência na floresta e da floresta.

No entanto, com o avanço da ocupação na regional Alto Acre, é possível observar que os povos tradicionais perderam grande parte da sua identidade, por conta dos interesses do capitalismo, essas pessoas tiveram que se adaptar ao cenário que lhes apareciam.

A Resex Chico Mendes, de fato, é a mais afetada com desmatamentos, queimadas, biopirataria, criação de pastos e etc., mesmo com a criação de leis que garantem proteção para essa reserva. É nesse meio que os povos da floresta perdem sua identidade, eles não sabem mais como irão sobreviver, pois a floresta é o seu

único meio de vida.

Na gestão PT período em que Jorge Viana esteve à frente do governo criou-se o *slogan* “Governo da Floresta”, não se pode negar que as políticas apresentadas naquela gestão pareciam excelentes, mas ir ao fundo desse emblema levantado pelo governo mostra que a realidade dos povos tradicionais é bem distante dos discursos realizados. Em outras palavras, atender, no sentido pleno, as propostas do ZEE, as leis implantadas, que buscam atender as comunidades tradicionais e o capital, ainda há um longo caminho a seguir.

REFERÊNCIAS

ABREU, Diego de Lemos. **Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança: intenções e resultados.** [Rio de Janeiro] 2015 76 p., 29,7 cm Monografia (Curso de Especialização) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Curso Lato Sensu em Análise Ambiental e Gestão do Território.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente** - documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000. V 1.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre.** Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre Fase II: documento Síntese - Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 349 p.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre.** Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre Fase II: documento Síntese - Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza:** Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: Institucionalização e Implementação no Estado Brasileiro dos anos 1990.** Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Instituto de Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FITTIPALDY, Márcia Cristina Pereira de Melo. **Reserva extrativista Chico Mendes: dos “empates” à “pecuarização”?** Rio branco, acre, 2012.

Guia para o uso da terra acreana com sabedoria: **Resumo educativo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: fase II** (escala 1: 250.000) Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, 2010. 152p. : il.

LIRA, Elisandra Moreira de. **A criação do Parque Nacional da Serra do Divisor no Acre (1989) e sua inserção nas políticas federais de implantação de Unidades de Conservação federais no Brasil.** São Paulo. Tese de Doutorado. Catálogo USP, 2015.

Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Diretoria de Desenvolvimento Sócio Ambiental – Disam, Superintendência do IBAMA no Estado do Acre. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Chico Mendes.** Xapuri - AC, 2006.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de Desenvolvimento Sustentável - PA TRÊS MENINAS**. Relatório de campo. Acre, 2001.

SIVIERO, Amauri ET AL. **Ordenamento Territorial do Alto Acre**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLVI, 2008, Rio Branco – AC. Pôster. Rio Branco: [s.n], 2008.p.1-18.

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista. **Reserva Extrativista Chico Mendes – AC: Os Desafios de Gestão (Com)Partilhada**. Viçosa, Minas Gerais – Brasil, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-276-0



9 788572 472760